



## GESTÃO ESCOLAR E MODERNIDADE

Tânia Suely Antonelli Marcelino BRADO

Faculdade de Ciências Humanas

### RESUMO



O presente trabalho pretende fazer uma reflexão sobre os desafios para a Gestão Escolar na modernidade, quando novos/velhos paradigmas se fazem presentes nos debates sobre uma escola de qualidade. A efetivação da escola democrática é um ideal ainda a ser alcançado, embora esteja presente nos objetivos das políticas educacionais dos últimos anos. Há que se refletir, então, sobre quais fatores não permitiram a sua efetivação para encontrar meios de garantir uma escola realmente democrática capaz de promover uma cultura democrática necessária à sociedade igualitária e mais humana.

**Palavras-chave:** Gestão Escolar, Democracia, Cidadania, Modernidade.

### SUMMARY

This essay will talk about some difficulties of “Gestão Escolar na modernidade”, when new/old paradigms are in a conversation about a school of quality. The confirmation of the democratic school is something that is not reached yet, even though it is the goal of Education Policies in the last years. We have to think about it, so, based in what facts the confirmation found the ways to guarantee a democratic school that is able to promote a democratic culture which is very important to the society.

**Keywords:** School management, democracy, citizenship, modernity.

### 1. INTRODUÇÃO

Na atualidade, para se pensar sobre a educação e a modernidade, tanto educadores quanto os que estão voltados para as políticas e a administração da educação, têm a necessidade de refletir sobre algumas questões essenciais na relação entre uma nova sociedade, um Estado em transformação e os seus reflexos e impactos na questão educacional (PCNs).

Na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, o objetivo maior do ensino fundamental é propiciar a todos formação básica para a cidadania, a partir da criação na escola de condições de aprendizagem para:

“1- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo por meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social” (art.32).

Para efetivação dos objetivos da educação democrática há que se adequar o ensino aos ideais democráticos e à busca da melhoria da qualidade do ensino nas escolas brasileiras.

Tal meta já é desejada há um bom tempo, entretanto, nas décadas de 70 e 80 a tônica da política educacional brasileira recaiu sobre a expansão das oportunidades de escolarização, havendo um aumento expressivo no acesso à escola básica, entretanto os altos índices de repetência e evasão e os indicadores

fornecidos pelo Secretaria de Desenvolvimento e Avaliação Educacional (Sediae), do Ministério da Educação e do Desporto, evidenciam a necessidade de revisão do projeto educacional do País, concentrando a atenção na qualidade do ensino e da aprendizagem. Veja-se, por exemplo, em 1990, apenas 19 % da população do País possuía o primeiro grau completo; 13 %, o nível médio; e 8 % possuía o nível superior, conforme consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Apesar da melhoria observada nos índices de evasão, o comportamento das taxas de promoção e repetência na primeira série do ensino fundamental esta longe do desejável: apenas 51 % do total de alunos são promovidos, enquanto 44 % repetem. Dentre outras deficiências do processo de ensino e aprendizagem, são relevantes o desinteresse geral pelo trabalho escolar, a motivação dos alunos centrada apenas na nota e na promoção, o esquecimento precoce dos assuntos estudados e os problemas de disciplina, o que vem comprovar que a qualidade, no âmbito nacional está deficitária (PCNs).

No Estado de São Paulo, na década de 80, adotando como lema “decentralizar a participação”, o governo implantou, na área da educação, medidas descentralizadoras que objetivam maior eficácia e eficiência, redução de custos, respeito a cultura local e valorização da economia do município e da região com o programa de municipalização da merenda escolar e das construções escolares. Além do mais, coerente com a proposta e democratização, a Nova Proposta para Educação Paulista trazia em seu bojo o incentivo à participação de todos na escola (nos Conselhos, na Associação de Pais e Mestres, nos Grêmios Estudantis). Entretanto, no limiar do novo milênio não alcançamos o ideal de uma escola verdadeiramente democrática com ensino de qualidade, mecanismos democráticos de participação e revelações democráticas em todos os níveis.

Relembrando Bobio, pode-se observar que conseguimos a democracia política e não a democracia social, trata-se de um círculo vicioso difícil de se romper a necessidade, anseio dos anos 90, de exercemos uma cidadania ativa pois na sociedade que se almeja, é imprescindível o exercício da cidadania, com acesso de todos a totalidade de recursos culturais relevantes para a intervenção e a participação responsável na vida social. Na atualidade, vê-se a retomada expansão do processo de municipalização do ensino. Apesar de o debate a esse respeito mostrar vários aspectos negativos, a uma corrente de pensamentos mostrando que já que esse processo é inevitável nas novas formas da administração pública, urge colocar no centro do debate a necessidade mais uma vez de insistir que, só seja positivo contribuindo para qualidade na educação, com a participação da comunidade, conforme Fonseca (1997): “Se a municipalização **pode ser** um caminho, a educação democrática para a cidadania **deve** a meta.” Ou seja, tal projeto tem implícito a capacidade da população se organizar e participar, desde sua implantação, como na processo em ação, gerenciando-o em conjunto, órgãos públicos e a comunidade (Boa Ventura, 1977).

Os que a defendem, afirmam que além de mais democrática a municipalização apresentada com medida de racionalidade, necessária num país diversificado e heterogêneo. É preciso ampliar a análise para além das fronteiras brasileiras e identificar as tendências mundiais na administração pública, entendendo a municipalização do ensino como uma parte das transformações mais abrangentes que ocorre no Brasil e no mundo, sem deixar de pensar a dimensão política. Municipalização e globalização são complementares, não são pólos antagônicos, se corretamente implementada e tendo a participação efetiva da comunidade, representará um antídoto contra os efeitos negativos de uma globalização mal conduzida (Fonseca, 1997).

Temos, então, a necessidade de se repensar a função socializadora da escola, pois não há desenvolvimento individual possível a margem da sociedade, da cultura. Para que o cidadão e a cidadã que nela se formam exerçam sua função social necessária à sociedade atual, globalizada, precisa possibilitar o cultivo tanta dos bens culturais quanto dos sociais, considerando as expectativas e as necessidades dos alunos, dos pais, dos membros da comunidade, dos professores, enfim, de todos os envolvidos diretamente no processo educativa.

É essencial a vinculação da escola com as questões sociais e com valores democráticos, não só do ponto de vista da seleção e tratamento dos conteúdos, como da própria organização escolar. Uma escola pode ser cidadã apenas através de uma construção coletiva e permanente, nesse processo a gestão escolar tem um papel fundamental a desempenhar. Diante das considerações feitas, há que se pensar uma gestão escolar também diferenciada.

A gestão da educação concretiza os objetivos das políticas educacionais, concretizando as direções traçadas. Na atualidade alguns pontos são relevantes a se considerar:

- A mudança de paradigma econômico que está ocorrendo no mundo.
- As conseqüências desse novo paradigma para os países periféricos, entre os quais se insere o Brasil;
- Os deslocamentos de prioridades e os perigos encobertos por esse novo paradigma na prática social da educação e, conseqüentemente, na gestão desse processo.

O paradigma econômico que se vem afirmando em nível mundial – o neoliberalismo – decorre do movimento de renovação de uma economia mundial hegemônica que, se reestrutura para se manter no poder, retomando dois dilemas:

- Liberdade versus justiça social, colocando-se como o espaço para a construção de democracia política com equidade social.
- Centralização versus descentralização, enfatizando a segunda e responsabilizando a comunidade local.

Nos países de periferia, por força da dependência econômica, há a dependência econômica aos países do centro, subordinação total do sistema político e de sua cultura ao fator econômico.

A partir da transposição das regras da economia para o todo social, verifica-se que inúmeros deslocamentos de enfoques e mudanças de prioridade se apresentam como consequência dessa nova forma de pensar a sociedade, o Estado e a gestão da educação, é necessário, então, garantir:

- A democratização como processo que garante o acesso e a permanência de todos na escola;
- A democratização como prática democrática que se desenvolve no interior da escola.

Quando a dimensão política não está presente na construção da cidadania, o cidadão se torna um sujeito passivo, tendo direitos e deveres descontextualizados, sendo apenas espectador de sua própria história. A escola de qualidade corresponde à visão tradicional ressalta a reprodução das relações sociais, reforçando essa formação. Ao inserir-se a dimensão política na concepção, identifica-se como verdadeiro/a cidadão/ã aquele com uma participação ativa na própria vida e na sociedade, capaz de lutar por seus direitos e cumprir seus deveres, na condição de sujeito de sua própria história. Para este, a escola de qualidade é aquela que o instrumentaliza cultural, antropológica, econômica e politicamente (PCNs).

Para se romper com a visão e prática tradicional, percebe-se a necessidade de destacar algumas prioridades, conforme Gracindo (1997), um processo de gestão que promova:

- A construção de uma educação cuja qualidade seja para todos;
- Uma ação democrática tanto na possibilidade de acesso de todos à educação como na garantia de permanência e sucesso dos alunos;
- Uma educação democrática que se revele uma prática democrática interna;
- Uma gestão que situe o homem, ser pessoal e social, como centro e prioridade de sua gerência.

A gestão escolar adequada às necessidades do mundo contemporâneo tem, então, vários desafios a enfrentar para a efetivação da tão almejada sociedade democrática, mais humana, mais igualitária e justa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, M. **Administração da Educação é um problema político**. Revista Brasileira de Administração da Educação, Porto alegre, 1 1; 122-129, jan/jun, 1983.
- AZANHA, JOSÉ Mário P. **Educação: temas políticos**. São Paulo: Martins fontes, 1995.
- BENEVIDES, M. V. de M. **A cidadania ativa**. 2. Ed. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Cidadania e democracia**. In: Lua Nova. Revista de Cultura e Política, n. 33, CEDEC, SP., 1994.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campinas, 1992.
- \_\_\_\_\_. **O futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo**. 2. Ed., Paz e Terra-Política, s.d.
- BIANCHETTI, R. **Modelo Neoliberal e políticas educacionais**. SP., Cortez, 1996.
- BORGES, Abel Silva et alii. **A autonomia e a qualidade de ensino na escola pública**. São Paulo: FDE. Diretoria Técnica, 1993. Série idéias, n. 15.
- BORGES, Abel Silva et alii. **O papel do diretor e a escola de 1. Grau**. São Paulo: FDE. Diretoria técnica, 1992. Série Idéias, n. 12.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio, Zahar, 1980.
- CANÁRIO, Rui. **Os estudos sobre a escola: problemas e perspectivas**. In: BARROSO, J. (Org.). O estudo da escola. Porto Editora, Portugal, 1996.
- COSTA, Marisa V. (Org.). **Escola básica virada do século**. São Paulo: Cortez, 1996.
- COMPARATO, Fábio Konder. **A nova cidadania**. In: Lua nova. Revista de cultura e política, n. 29/29, CEDEC, 1993.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **Educação, tecnologia e democratização**. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- \_\_\_\_\_. **O que é cidadania**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- \_\_\_\_\_. **A cidadania que não temos**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CUNHA, Luiz antonio. **Educação, estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez; Cortez; Niterói. RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: FLCSO do Brasil, 1991.

- DAGNINO, Evelina. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania**. In: DAGNINO, E. (Org.). Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DALLARI, Dalmo. **Ser cidadão**. São Paulo: Lua nova. 1(2): 61-64, jul./set., 1984.
- DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1993.
- FONSECA, Dirce Mendes da (Org.). **Administração educacional: um compromisso democrático**. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- FONSECA, J. P. **Municipalização do ensino: medos e esperanças às vésperas do terceiro milênio**. In: RBPAE, Brasília, v. 13, n.2, jul./dez. 1997.
- GADOTTI, Moacir. **A escola cidadã**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1992.
- LÜCKE, H.; FREITAS, K. S. de; GIRLING, R.; SHERRY, K. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Ed. TODA/UNICEF, RJ, 1998.
- MACHADO, Lourdes M. **Contexto educacional dos anos 90**. O diretor. SP, jan./98. (mimeogr.)
- \_\_\_\_\_. **Gestão democrática da escola pública: anotações, dados e questões**. In: Cadernos da FFC, Marília, v.2, n.1, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Teatralização do poder: o público na reforma de ensino paulista**. SP. Cortez, 1998.
- MOTTA, Fernando C. P. **Administração e participação: reflexões para a educação**. In: FISCHMANN, Roseli. Escola brasileira. Temas e estudos. SP. Ed. Atlas AS, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Gestão contemporânea. A ciência e a arte de ser dirigente**. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- PARO, Vitor H. **A utopia de gestão democrática**. Cadernos de pesquisa, SP, Cortez, n. 60, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Situação e perspectivas da administração da educação brasileira: uma contribuição**. RBAE 12 (2), jul./dez. 1996.
- SILVA, Carmem Silvia Bissolli da, MACHADO, Lourdes Marcelino (Org.). **Nova LDB: trajetória para a cidadania?** Arte e Ciência, SP, 1998.
- VIERA, P. R. **Em busca da gestão estratégica da educação: notas para uma ruptura de perspectiva tradicional**. In: RBPAE, Brasília, v.13, n.2, jul./dez. 1997.
-